

## DIÁLOGOS DO ENTRE-LUGAR DAS TRANS NA ESCOLA

Fernando Guimarães Oliveira da Silva  
Eliane Rose Maio  
Universidade Estadual Maringá (UEM)

### RESUMO

Quando lidamos com transfobias, cotidianamente nos sentimos preocupadxs com as cenas frequentes de injustiças e inequidades presentes em experiências de mulheres trans vividas em diversos espaços. Colocamo-nos movimentadxs pelo desejo de um mundo onde cada pessoa possa dar vivacidade à identidade que pretender ter, deslocar modos predominantes daquilo que se acredita ser uma marca-fim do corpo: a heterossexualidade. Investimos na escola, um conjunto de possibilidades de conversão dos tensionamentos vividos por mulheres trans na sociedade. Acreditamos na escola como um 'entre-lugar' que produz deslocamentos significativos e aprendizagens de que somos uma potência viva produzida em descentramentos identitários que resvalam lá e cá infinitas maneiras de nos identificar, agir e pensar. Neste estudo, trouxemos apontamentos iniciais de nossa pesquisa de doutorado que considera objetivo principal: trazer para o centro uma multiplicidade desconcertante sobre o ser e estar trans. Para isso, a partir do conceito de 'entre-lugar' do pesquisador Homi Bhabha articulada com uma proposta exploratória de revisão de literatura, queremos compreender as negociações realizadas entre as normas e aquelxs que escapam à fronteira do que é considerado padrão de normalidade.

Palavras-chave: Entre-lugar; Trans; Escola.

### INTRODUÇÃO

Este texto apresenta ponderações iniciais de uma educação para a diversidade frente às contestações que estudantes Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans (LGBT) trazem com suas presenças nas escolas. Falamos sobre um estar, porque a passagem que elxs fazem por lá, necessariamente podem ou não provocar transformações significativas, se comparadas com cenas constantes de LGBTfobia que assumem dimensões agravantes na condição de existir destxs estudantes.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Produzir deslocamentos reflexivos, pelo fato do convite que fizemos para nos descentrar de práticas altamente normatizantes, implica problematizar espaços de (des)identificações de um outro lugar anunciados pelos tensionamentos que a presença de estudantes transgêneros provocam nas escolas. Na proposta de produzir positivities em diferentes modos de se apresentar, identitariamente, para/na/pela escola, nosso estudo vem utilizar do conceito de “entre lugar” de Homi Bhabha (1998) para compreender como as diferenças entre os modos de fixação e subversão coexistem nas relações de negociação entre o velho o novo.

Sobre este aspecto, tomamos como referência de reflexão o ponto de entrecruzamento entre os estados de fixação identitários, normal e geralmente, caracterizados como pertencentes aos estatutos de normalidade presentes em nossos discursos imagéticos e também, a interlocução feita com os estados de subversão da norma. Este último, responsável por garantir visibilidade ao primeiro, mas que por sua existência carecem de práticas que os/as acolham.

Para dar consecução aos objetivos deste estudo que se fortalece na proposta de encontrar condições de representatividade de mulheres trans (travestis e transexuais) nas escolas, acreditamos que explorar com o recurso da revisão sistemática de literatura a produção sobre o tema, podemos balizar por diferentes reflexões acerca da provocação que queremos: desestabilizar essencialismos e entender as negociações entre imposições e novas possibilidades que emergem na escola que questiona, contesta e desloca centros de explicações sobre os modos de ser e estar em sociedade que se distanciam de normas padrões de referência.

Com a ideia de ‘entre-lugar’, incursionamo-nos com o propósito de assegurar um movimento histórico em que se reivindicam diferentes possibilidades em torno do ser e do estar em sociedade articulados com uma perspectiva contemporânea de sujeito político e sua mergulhada no sistema de regras. Após esta revisão, faremos uma análise do entre lugar das trans nas escolas. Para providência disso, atuamos com o conceito de gênero que se proliferou juntamente com a organização de mulheres em torno dos feminismos e a busca radical por questionar as diferenças entre homens e mulheres, restando a estas últimas subordinação. Emerge daí, por exemplo, o gênero compreendido como uma cultura que sofre efeitos do tempo, das

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



relações de poder e múltiplas representações sobre o masculino e o feminino. Entende assim Dagmar Meyer (2007, p. 17)

exatamente porque o conceito de gênero enfatiza essa pluralidade e conflitualidade dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos, torna-se necessário admitir que isso se expressa pela articulação de gênero com outras “marcas” sociais, tais como classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade

Situamos o conceito de gênero na articulação com questões advindas do contexto social, cultural e político em que os corpos são explicados e por que também não dizer, questionados por não aderirem mais às únicas maneiras de ser e estar, socialmente aceitas.

## 1. O LUGAR DAS TRANS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

*Se a escola tradicional não as ensinou, elas aprenderam o resto na escola da vida (REIDEL, 2013, p. 65).*

Iniciamos a referida análise com a autora Marina Reidel para argumentar a favor de uma escola que não acolhe e tampouco atua na elaboração de meios de conclusão da escolarização em percursos formativos de estudantes trans. O início dos processos de transformação que subvertem a identidade de gênero ligada ao sexo, traz a estxs estudantes diversos confrontos interpessoais na escola. Objetivamente a permanência neste espaço torna-se inviável, uma vez que ter resiliência para permanecer num ambiente destrutivo é potencial degradante para culminar numa desistência, abandono e evasão. Dito isso, vamos compreender sobre quais condições as pesquisas compreendem como se enredam a convivência das trans nas escolas.

Destarte, falar sobre perspectivas contidas na história do atendimento educacional brasileiro à diversidade sexual nos faz aterrissar em uma seara em que os trânsitos ocorrem de modo bastante complexo e permeado de defesas políticas. De um lado, defendem a posição de que a escola não é um local que se trata de

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



questões próprias das sociabilidades de seus/suas estudantes, sendo que seria um assunto de foro íntimo das famílias e dentre outras im/possibilidades retroalimentadas em relações de poder entre governos, extremamente, conservadores (PENNA, 2015).

Como demonstram os altos índices de assassinato, mesmo diante dos agravantes que põem em riscos de morte pessoas LGBT, em nossa sociedade “certas mentes bem-pensantes se arriscam a externar oposição à adoção de medidas educacionais antidiscriminatórias e promotoras da diversidade sexual” (JUNQUEIRA, 2009, p. 174-175). O autor ainda pondera que as discussões que versam sobre transgeneridades ainda se encontram silenciadas nas políticas curriculares lançadas na escola, tratando-se em especial dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997) no volume sobre os temas transversais de orientação sexual.

Por mais hieraquizante, sexista e denegada que seja a proposta de educação, por outro lado, estudantes LGBT estão presentes no cotidiano escolar e suas presenças provocam o deslocar de um centro de práticas docentes conservadoras para promover um acesso sem limitações e posturas que desrespeitam a multiplicidade de manifestações femininas ou masculinas que elxs produzem em suas identidades.

Na obra ‘Educação e Juventude’, Zigmunt Bauman (2013, p. 9) diz que as práticas de conversão criadas no início da modernidade não adquirem tanto relevância na lida com pessoas estranhas, porque o mundo atual é multicêntrico e multicultural. Acresce também que

a necessidade de desenvolver, aprender e praticar a arte de conviver com os estranhos e sua diferença em base *permanente* e *cotidiana* é inescapável também por outra razão: não importa esforço que os governos façam para evitá-los, não é provável que os migrantes parem de bater às portas de um país, da mesma forma que é improvável que estas permaneçam fechadas.

Apesar de usar os migrantes para fortalecer sua tese de convívio com as diferenças, gostaríamos de remanejar este ponto de análise para compreender os trânsitos feitos por estudantes com identidades heteronormativas para identidades

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



transgêneros. Esta análise torna-se importante quando um estado de dominação – heteronorma – sofre uma instabilidade e desloca os centros para se pensar em outros lugares distantes da norma. Em outra renomada obra, ‘Modernidade líquida’, Bauman (2001, p. 8) reflete sobre o conceito de sólido, líquido e fluído. Queremos situar em nossa discussão apenas o conceito de sólido e fluído. Para o primeiro analisa que eles “têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente ao seu fluxo ou o tornam irrelevante [...]); o segundo refere que

[...] os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas “por um momento” (BAUMAN, 2001, p. 8).

Utilizando dos conceitos de sólido e fluído, o autor traz demarcadores do mundo atual que o auxiliam a captar mais que a essência da humanidade, mas os vacilos intermitentes no seu contexto. Os vacilos contribuíram para que as identidades esvaziassem de condições limitadas pelo mundo moderno e emergissem condições de se fluírem em um quinhão de possibilidades de ser e estar na atualidade.

O estar trans na escola se apresenta como parte de um esvaziamento que produziu a fluidez de uma identidade social. Não mais vinculada às velhas identidades heterossexualizadas do mundo moderno como marca-fim dos corpos e dos desejos sexuais, as pessoas transgêneras tornam as fronteiras historicamente instituídas completamente abaladas e “leves” (BAUMAN, 2001, p. 8). Ao que tudo indica a leveza faz com que identidades normativas percam o seu peso sobre explicações e formas fixas de estar masculino ou feminino como uma correspondência ao sexo biológico. Por este fato, caímos na impossibilidade de se proceder com uma proposta de escola que acolha as transgeneridades, porque a

[...] heteronormatividade está na ordem das coisas e no cerne das concepções curriculares; e a escola se mostra como instituição fortemente empenhada na reafirmação e na garantia do êxito dos

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



processos de heterossexualização compulsória e de incorporação das normas de gênero, colocando sob vigilância os corpos de todos(as) (JUNQUEIRA, 2013, p. 193).

Deste modo, o autor diz que a escola é um espaço em que regras pairam num universo de discursos que ressoam controle e vigilância dos corpos para evitar possíveis erros de fluxo. Suas ações caminham para fortalecer processos de normalização e abjeção dos corpos des/heterorregulados com mecanismos de invisibilização vigiadas por meio de processos que obrigam os sujeitos a se constituírem heterossexuais, permeado de práticas que “se fazem acompanhar pela rejeição da feminilidade e da homossexualidade, por meio de atitudes, discursos e comportamentos, não raro, abertamente homofóbicos” (JUNQUEIRA, 2013, p. 485). Em razão disso, há de convirmos que as estudantes transgêneras convivem com processos de sociabilidades completamente turbulentos na escola, porque expressam em seus corpos vestimentas e feminilidades.

Para dar emergência ao estudo, vimos em Neil Franco e Graça Cicillini (2016), um ensaio que trata de uma pesquisa do estado da arte entre os anos de 2008 e 2014. Pesquisaram no *Google Acadêmico* e no *Google Geral* produções (artigos, dissertações e teses) sobre travestis, transexuais e educação, a fim de colher um quadro geral de como a pesquisa em educação tem tratado destas relações. Dividiram as análises em duas partes, a primeira tratando-se dos artigos produzidos entre os referidos anos e a segunda, relacionou-se às dissertações e teses defendidas. Sobre a primeira parte concluíram que

de acordo com esses estudos podemos situar a exclusão, a vulnerabilidade, o preconceito, a discriminação e o desrespeito aos direitos da pessoa humana como as dimensões que, com raras exceções, determinam a presença de pessoas trans na escola mesmo antecedendo seu processo de transformação, aspecto relatado por vários dos sujeitos que integraram esses estudos narrando suas vivências no contexto escolar (FRANCO; CICILLINI, 2016, p. 129).

Confirmam por meio dos artigos que as experiências trans nas escolas têm sido materializadas em conflitos contínuos e incapazes de se configurar numa

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



proposta de adequação à escola para receber estas adolescentes que consideram com desrespeitadores/as ou transgressores/as das regras, justificando com isso o merecimento destas violências. No que se refere às pesquisas em dissertações e teses, assumiram que as pesquisas se dividem ao se debruçarem para compreenderem tanto como convivem transgeneridades discentes e docentes, encontrando um terreno farto de discussões que envolvem a transexualidade masculina e o universo lésbico (FRANCO; CICILLINI, 2016, p.135).

Discutindo sobre o lugar das trans nas escolas, vimos que os processos de negociação entre identidades normativas e subversivas aquecem o espaço da escola, porque nem sempre as multiplicidades de expressões que elas produzem em seus corpos condizem com os regimes de verdades da comunidade escolar. Para Bauman (2005, p. 19) as identidades são flutuantes em nossas relações sociais, uma são de nossa própria escolha, mas outras são lançadas pelos outros, afirmando que “há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente”.

Há que se ressaltar que esta pendência não é vantagem para as estudantes trans, porque o nível de envolvimento com as normas de referências as torna em desvantagem. O fato de desrespeitarem as regras sobre normalidade traz efeitos negativos aos seus corpos, como exemplo poderíamos destacar a expulsão compelida dos processos de escolarização. Marina Reidel (2013, p. 64), por sua vez, acredita que tivemos avanços no reconhecimento do nome social e do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero, mas ainda busca-se “[...] diminuir os altos índices de abandono e evasão das meninas da escola por conta do preconceito e discriminação”. A autora assinala que esse agravante torna-se potente de exclusão quando na luta pela sobrevivência, as trans não conseguem a entrada no mercado de trabalho, uma vez que a conclusão da escolarização não é completada no ensino fundamental. Acrescenta assim que “[...] diversos fatores como a pressão, o estigma, o nome ou até mesmo o não saber lidar com essa pessoa, faz com que a fuga da escola possa acontecer” (REIDEL, 2013, p. 64).

Todas estas estratégias de silenciamento que expõem para fora do ambiente escolar às estudantes trans funcionam com o objetivo-fim de promover a manutenção da heterossexualidade como norma. As várias dificuldades que elas

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



vivem por sair percurso de masculinidade padrão as tornam corpos corrigíveis e disciplináveis. Elas vivem com várias experiências de anulação e exclusão da escola, mergulham em cenas freqüentes de desrespeito e intolerância naturalizadas no cotidiano escolar.

Arriscamos em dizer que esta população pouco experimenta políticas públicas voltadas às suas necessidades, porque isso representaria aceitação desta identidade por parte do Estado. Podemos dizer que esta ausência encontra explicação no fato de que um reconhecimento político desta população poderia considerar uma suposta aceitação. Por conta deste silêncio estatal frente à violência deliberada que convivem pessoas trans em vários espaços, não encontramos ações efetivas na redução e prevenção das atitudes discriminatórias que se agravam em cenas de transfobias.

## 2. O ENTRE-LUGAR DAS TRANS

Na medida do possível, faremos uma interlocução entre o lugar das trans nas escolas com o conceito de ‘entre-lugar’, cunhado por Homi Bhabha (1998). O autor compreende que a cultura representa tudo aquilo que está em nós, o que nos leva a crer que não podemos ser pensados fora dela. Utiliza do exemplo do/a migrante para analisar que sua cultura pura choca-se com a cultura do país que o recebeu, ao situar-se nesta diversidade o conceito de entre lugar ganha vida. Ele crê que a cultura é um terreno que produz novas existências por ser um lugar de instabilidades, de movimentos, de processos e por assim dizer de hibridismos.

Podemos dizer assim que o conceito de ‘entre-lugar’ se valida no trânsito ocorrido entre cultura primitiva das pessoas com a nova cultura apreendida, ou melhor a cultura imposta pelo novo espaço que se territorializa. Esta, por sua vez, constitui-se como um hibridismo. Nesse sentido, Bhabha (1998, p 27) acredita que

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com o “novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, reconfigurando-o como um “entre-

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver.

Observa-se, então, que o entre-lugar situa-se na relação de negociação entre sujeitos em disputa nas relações de poder. Duas ou mais culturas opostas ou complementares que necessitam criar o ponto de conciliação porque precisam se relacionar. De acordo com o autor, o que define o entre-lugar “[...] é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais” (BHABHA, 1998, p. 20)

Nossa incursão envolve as relações de negociação ocorridas entre a cultura heteronormativa e a transgeneridade, encontrando o entre-lugar deste entrecruzamento. Desse modo, a entrada das trans nas escolas pode não representar uma aceitação política ou social, mas atende aos ditames legais de uma sociedade que presa pelo atendimento educacional independente das condições de manifestações particulares das expressões das crianças e adolescentes. Digamos assim que o atendimento educacional à diversidade sexual pode não ter adquirido o viés do reconhecimento social, mas pela via do direito público é uma imposição e os profissionais da escola precisam executá-lo.

A entrada delas nas atividades da escola produz transformações em práticas docentes e escolares rotineiras. Vimos assim que a escola choca-se com a contestação que a presença delas faz por práticas inovadoras e que sobretudo, as acolham com o objetivo de assegurar percursos formativos mais consistentes e menos agenciados de transfobias.

Se analisado o lugar que nos dispomos a compreender no item anterior, vimos que a escola representa um espaço em que mais produz desistência do que plenas condições de desenvolvimento escolar às estudantes trans. Diante disso, um aspecto a se observar relaciona-se ao fato de reconhecer que o passado ainda persiste com práticas que tornam o ambiente escolar definido por ser um ambiente de disciplina e bastante fomentador de identidades cristalizadas pelo mundo moderno, como bem assinalamos em Bauman (2001). Para além disso, há uma plena aceitação das condições que tornam instauradas, segundo Junqueira (2010, p.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



3) a “pedagogia do insulto” na vida destas estudantes, “na qual piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes etc. se constituem poderosos mecanismos de objetivação, silenciamento, dominação simbólica, normalização, marginalização e exclusão”.

Temos visto que as práticas docentes e escolares ainda persistem na tradição visão normalizadora da educação. Pessoas trans não se conformam com as formas de silenciamento que tendem a colocá-las, como bem pontua Junqueira (2010, p. 216) no “armário”, justificando as constantes convivências com o preconceito, abusos e desprezos nas escolas.

O segundo momento que analisamos para encontrar o entre-lugar emerge das condições políticas que avançam para favorecer práticas já existentes nas escolas. Refere-se à impositiva ordem de políticos que acreditam que xs professorxs poderiam querer ensinar a famosa “ideologia de gênero” aos/às seus/suas estudantes. Esta no caso estaria apenas à perspectiva já normalizadora da educação, mas vem adquirindo ultimamente contornos (des)politizadores, (des)democráticos e porque não dizer, deslocar a autonomia dxs professorxs para o Estado legitimar o controle sobre xs estudantes.

Nesta opressora condição dxs professorxs, Fernando Penna (2015) analisa um fenômeno contemporâneo que denomina de ódio ao professxr. Apenso à Programa Escola Sem Partido, o autor diz que a pauta de partidos políticos seria tornar a escola um ambiente em que os professores não poderiam ensinar quaisquer modos de refletir criticamente sobre as relações de poder e desigualdades da sociedade, no caso analisado a questão do gênero e política. São discussões em que discursos de ódio e violência se dirigem axs professorxs que dizem doutrinar as crianças e adolescentes com o pensamento de esquerda.

Emerge desta tensão, a proposta de promover a conclusão da escolaridade de estudantes transgêneras, com o objetivo de diminuir as tensões produzidas no contato com os estatutos de normalidades veiculados na escola. Podemos dizer que a criação deste espaço na proposta escolar e pedagógica representaria a produção do entre-lugar – uma vez que representa oferecer por meio da educação, reconhecimento social – que poderia culminar em novas oportunidades sociais

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



oferecidas no mundo do trabalho, continuação dos percursos formativos pela escolarização superior, sobrevivência etc.

Visualiza-se uma questão polêmica que atravessam professores/as, gestoras/as e profissionais da educação no que se refere a como oferecer condições que estes dois universos diferentes – identidades normativas do mundo moderno e identidades subvertidas da atualidade – se entrecruzam. Pode um ambiente, historicamente, estratégico e definidor de diferenças produzir significados superadores dos vícios da escolarização brasileira? Sob quais condições a educação revisará seu atendimento educacional?

Não é de hoje que professores/as, gestores/as e demais profissionais da educação se veem provocados/as a destituírem-se de explicações conservadoras sobre os modos de ser normativos para problematizar preconceitos e fobias em salas de aula e na escola. No entanto, observa-se que enquanto acreditam que é um lugar em que estas discussões estariam formando ao invés de reproduzir a lógica opressora das relações de poder, elas/elas não conseguem promover estes diálogos porque a educação tem sido um espaço de abnegação das diferenças e apropriação de estatutos de verdade sobre sexo, gênero e sexualidade.

Se entendermos que a cultura dominante – nesse caso a heterossexualidade – é considerada legítima, conseqüentemente as trans seriam consideradas como uma subcultura, ou ilegítima. Na tessitura dos diálogos produzidas na interação entre o legítimo e o ilegítimo que compreende a identidade destes sujeitos fazem sentido na interação ocorrida. Temos no passado uma identidade heterossexualizada e que orienta as pessoas a persistirem na elocução de sua força, mas na atualidade emergem novos sujeitos que transitam por outras experiências de constituição. Estes últimos precisam de condições de serem reconhecidos pelo discurso de legitimidade. A contestação que fazem é de se produzir a renovação de práticas escolares e pedagógicas comprometidas com a conversão de preconceitos e transfobias em permanências na escola.

Estas discussões alargam o reconhecimento das transgeneridades na escola, oportunizando a efetivação de políticas curriculares e educacionais comprometidas com as tensões culturais produzidas nas interações entre

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



identidades normativas e subversivas. Nesse sentido, queremos encontrar o lugar das trans nas escolas, a partir do que enuncia Berenice Bento (2012, p. 97),

a descoberta do corpo sexuado é um momento de atribuição de sentido para as várias surras, insultos e rejeições familiares. Ter um/a pênis/vagina e não conseguir agir de acordo com as expectativas, ou seja, não conseguir desenvolver o gênero “apropriado” para seu sexo, é uma descoberta vivenciada com grande surpresa para alguns/algumas

A autora afirma que as pessoas transgêneros não odeiam seus corpos, como no caso em que se acreditam que mulheres trans não querem usar ou ter um pênis e assim também no caso de homens trans. Ela diz que os corpos não são definidos pela verdade única do sexo. Com isso, existem diversas formas de se transformar e o ato performativo de cada pessoa são resultantes da negociação que fazem entre identidades de gênero e identidades sexuais, nem sempre elas estão alinhadas pelo tenso conflito de que mulheres trans precisam da cirurgia da transgenitlização para conseguir se sentir femininas. Cada experiência de negação do sexo, de convivência com a identidade de gênero e a expressão das sexualidades são negociadas por elas em diferentes posições que assumem nestas relações. Bento (2012, p. 109) complementa que “não há uma autoimagem corporal negativa; ao contrário, as qualidades físicas são valorizadas”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta neste estudo foi tencionar o centro de verdade sobre os estatutos dispersos na escola de que as identidades positivadas são apenas as heterossexualidades. Sugerimos a partir do ‘entre lugar’ que as estudantes trans causam contestações com suas presenças. No entanto, vimos que a contestação estava gerando a elas a interpretação como se tivessem querendo desrespeitar as normas e regras lá impostas. Por conta disso, o ambiente escolar atuava com a naturalização das transfobias vividas por elas. Isso gerou desconfortos e representou riscos aos seus percursos formativos, ao passo que massivamente foram desistindo da escolarização.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



A produção do 'entre-lugar' considera que as novas identidades despontadas – nesse caso as trans – no cenário atual deslocam explicações contidas em tradições, com isso de que a heterossexualidade seria o destino-fim dos corpos. Diante desta afirmação, as práticas direcionadas para corpos heterossexuais não estariam acolhendo e valorando expressões e construções corporais das feminilidades transgêneros.

A cultura heternorma precisa ceder espaço para que a cultura transgênero também aconteça. A necessidade de produção desta confluência é acionada por diferentes transgeneridades nas escolas que tem passado despercebidas das políticas de atendimento educacional. Uma passa de olhos nos altos índices de abandono e evasão escolares torna esta premissa preocupante.

Portanto, a escola e as práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade sexual encontram o ponto em que tais culturas se negociam para que elas possam alterar ou renovar os modos como se relacionam. As pessoas já não convivem com modos normas de convivência, mas deslocam o centro das identidades normativas para conviver com o novo e experimentar o novo. Neste sentido, as fronteiras que historicamente tornaram intransponíveis quaisquer escapes, hoje se mostram instáveis e fluídas a uma imensidão de possibilidades, o que poderia ser usado pelas escolas como potenciais de aprendizagem no convívio com as diferenças de sexo, gênero e sexualidades.

## Referências

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sobre Educação e Juventude**: conversas com Riccardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. In: **Revista Bagoas**, n. 4, 2009. p. 95-112. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art05\\_bento.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art05_bento.pdf)>. Acessado em: 27 de Fev. 2017.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação





FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 2, mai./ago 2016. Disponível em: <<  
<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/5349/3272>>>. Acessado em: 24 de Fev. 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. In: **Revista Bagoas**, n. 4, 2009. Disponível em: <<  
<https://social.stoa.usp.br/articles/0037/2962/Aquinaotemosgaysnemlesbicasestrategias.pdf>>>. Acessado em: 12 de Dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **ESPAÇO DO CURRÍCULO**, v.2, n.2, pp.208-230, Setembro de 2009 a Março de 2010.

\_\_\_\_\_. “Temos um problema na escola: um garoto afeminado demais” Vigilância de gênero, heteronormatividade e heterossexismo no cotidiano escolar: notas sobre a pedagogia do armário. In: MAIO, Eliane Rose; CORREA, Crishna Mirella Andrade. **Gênero, direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares**. Maringá: EDUEM, 2013. p. 191-210.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

PENNA, F. Sobre o ódio ao professor: entrevista com Fernando Penna. **Revista Movimento**, ano 2, n. 3. 2015. Disponível em: <<  
<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/275/236>>>. Acessado em 12 de junho de 2016.

REIDEL, Marina. Ser trans e as interlocuções com a educação. In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine. **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 62-72.

## ABSTRACT

When we deal with transphobia, we are daily worried about the frequent scenes of injustices and inequities present in the experiences of women transvestites in different spaces. We are moved by the desire for a world where each person can give vivacity to the identity that they want to have, to displace predominant modes of what is believed to be an end-mark of the body: heterosexuality. We invest in the school, a set of possibilities of conversion of the tensions lived by trans women in the society. We believe in school as an ‘place in-between’ that produces meaningful displacements and learning that we are a living power produced in the identity-

Realização:



Apoio:





centered descents that slide into and out of endless ways of identifying, acting, and thinking. In this study, we have brought initial notes of our doctoral research that considers main objective: to bring to the center a bewildering multiplicity about trans being and being. For this, from the concept of 'place in-between' of the researcher Homi Bhabha articulated with an exploratory proposal of literature review, we want to understand the negotiations carried out between norms and those that escape the border of what is considered standard of normality.

Keywords: Place in-between; Trans; School.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação

